

Manual de Apoio ao Utilizador do Registo Central de Auxílios *de Minimis*

atualização | 1 de julho de 2014

Ficha Técnica

Título

MANUAL DE APOIO AO UTILIZADOR DO REGISTO CENTRAL DE AUXÍLIOS *DE MINIMIS*
ATUALIZAÇÃO DE 1 DE JULHO DE 2014

Coordenação

NCPAE - NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E AUXÍLIOS DE ESTADO
USI - UNIDADE DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Edição

AGÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO E COESÃO, I.P.

Design Gráfico e Paginação

CRISTINA MORENO/CRISTINA SANTOS/VANDA PINHEIRO/NÚCLEO DE COMUNICAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO

Data de Edição

AGOSTO DE 2014

Controlo do Documento

Responsáveis

SANDRA RODRIGUES/NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E AUXÍLIOS DE ESTADO
NATÁLIA LOURENÇO/NÚCLEO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E AUXÍLIOS DE ESTADO

Histórico de Alterações

Versão	Autor	Descrição
1.0	NATÁLIA LOURENÇO/NCPAE	ELABORAÇÃO DA VERSÃO FINAL

NOTA: ESTE MANUAL APLICA O NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO EM VIGOR DESDE O DIA 1 DE JANEIRO DE 2012, CONFORME O DISPOSTO NO N.º 1 DA RESOLUÇÃO DO CONSELHO DE MINISTROS N.º 8/2011, DE 25 DE JANEIRO. PORÉM, NA APLICAÇÃO *Registo Central de Auxílios de Minimis* PODERÁ ENCONTRAR AINDA CONTEÚDOS REDIGIDOS NA GRAFIA ANTERIOR AO ACORDO.

1. ENQUADRAMENTO	5
2. ALTERAÇÕES NO “REGISTO CENTRAL DE AUXÍLIOS <i>DE MINIMIS</i> ”	11
2.1 Inserção Directa	11
2.2 Inserção via “Excel”	14
3. VALIDAÇÃO DO CONTROLO DAS EXCEÇÕES	19

1. ENQUADRAMENTO

No dia 1 de julho entra em vigor um novo enquadramento de minimis: o Regulamento (UE) N.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro de 2013, que foi disponibilizado no correio eletrónico enviado a todos os utilizadores no passado dia 26 de junho.

Assim, só podem ser concedidos novos auxílios de minimis em conformidade com o presente regulamento.

As regras aplicáveis neste Regulamento dão, de um modo geral, continuidade às regras existentes e em vigor até 30 de junho de 2014.

Contudo, existem duas diferenças que são muito significativas e que passamos a identificar:

- O conceito de empresa, que foi substituído pelo conceito de empresa única;
- A forma de cálculo do equivalente de subvenção no caso de empréstimos e garantias.

A aplicação do registo central de minimis foi assim alterada para acomodar estes desenvolvimentos, e está operacional a partir do dia 1 de julho tornando possível registar o conjunto de empresas associadas e, desta forma, podermos validar o limite de acumulação de ajudas para o conjunto de empresas associadas e não apenas para o NIF da empresa à qual pretendemos atribuir uma nova ajuda.

Também a inserção de registos por importação de ficheiros excel foi adaptada para a comunicação dos apoios.

A.

Para efeitos de aplicação do conceito de empresa única, deve a entidade responsável pela concessão do apoio recolher um conjunto de informações junto da empresa para a qual pretende aprovar um novo apoio, através de declarações a emitir por essa empresa, com o seguinte teor:

1.

As empresas devem transmitir: Se são empresas autónomas ou se são empresas únicas. Para tal a empresa tem de declarar que:

Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do Regulamento (UE) n.º 1407/2013 da Comissão, de 18 de dezembro, relativo aos Auxílios de Minimis, o conceito de “empresa única” inclui todas as empresas que têm, entre si, pelo menos uma das seguintes relações:

- (a) Uma empresa detém a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios de outra empresa;
- (b) Uma empresa tem o direito de nomear ou exonerar uma maioria dos membros do órgão de administração, de direção ou de fiscalização de outra empresa;

(c) Uma empresa tem o direito de exercer influência dominante sobre outra empresa por força de um contrato com ela celebrado ou por força de uma cláusula dos estatutos desta última empresa;

(d) Uma empresa acionista ou sócia de outra empresa controla sozinha, por força de um acordo celebrado com outros acionistas ou sócios dessa outra empresa, uma maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios desta última;

As empresas que tenham uma das relações referidas nas alíneas a) a d) do n.º 1 por intermédio de uma ou várias outras empresas são igualmente consideradas como uma empresa única.

Nestes termos, uma empresa é considerada “autónoma” relativamente a outras apenas quando não se verifiquem as relações descritas acima. Caso contrário, será considerada “empresa única”.

A título de exemplo junta-se modelo que poderá ser adotado para a “Declaração de empresa única”:

DECLARAÇÃO DE EMPRESA ÚNICA

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 2º do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro, a [•](designação da empresa), com o NIF [•], declara que se inclui num conjunto de empresas controladas pela mesma entidade que têm entre si, pelo menos, uma das seguintes relações:

- a) Uma empresa detém a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios de outra empresa;
- b) Uma empresa tem o direito de nomear ou exonerar uma maioria dos membros do órgão de administração, de direção ou de fiscalização de outra empresa;
- c) Uma empresa tem o direito de exercer influência dominante sobre outra empresa por força de um contrato com ela celebrado ou por força de uma cláusula dos estatutos desta última empresa;
- d) Uma empresa acionista ou sócia de outra empresa controla sozinha, por força de um acordo celebrado com outros acionistas ou sócios dessa outra empresa, uma maioria dos direitos de voto;

Considerando para este efeito, as relações existentes por intermédio de uma ou várias outras empresas que se encontrem relacionadas nos termos acima indicados.

Mais declara que as empresas identificadas em que se verificam as relações acima referidas são as seguintes:

NIF – Denominação Social

NIF – Denominação Social

NIF – Denominação Social

NIF – Denominação Social

...

(data)

(assinatura)

Nota: A presente Declaração deverá ser datada, carimbada e assinada.

Também a título de exemplo junta-se modelo que poderá ser adotado para a “Declaração de empresa autónoma”:

DECLARAÇÃO DE EMPRESA AUTÓNOMA

Para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 2º do Regulamento (UE) n.º 1407/2013, de 18 de dezembro, a [*](designação da empresa), com o NIF [*], declara que não detém participações e que os seus acionistas ou sócios não detém participações em que se verifique, pelo menos, uma das seguintes relações:

- a) Uma empresa detém a maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios de outra empresa;
- b) Uma empresa tem o direito de nomear ou exonerar uma maioria dos membros do órgão de administração, de direção ou de fiscalização de outra empresa;
- c) Uma empresa tem o direito de exercer influência dominante sobre outra empresa por força de um contrato com ela celebrado ou por força de uma cláusula dos estatutos desta última empresa;
- d) Uma empresa acionista ou sócia de outra empresa controla sozinha, por força de um acordo celebrado com outros acionistas ou sócios dessa outra empresa, uma maioria dos direitos de voto dos acionistas ou sócios desta última:

[*] (data)

[*] (assinatura)

Nota: A presente Declaração deverá ser datada, carimbada e assinada.

2.

Caso as empresas sejam empresas autónomas todo o registo de ajudas decorre como no anterior regulamento. Caso a empresa a quem pretendemos atribuir uma nova ajuda, a partir de dia 1 de julho (inclusive), seja uma empresa única, terá de identificar os NIF e designação de cada uma das empresas associadas, ou seja, os NIF e respetiva designação para o conjunto de empresas que integram a empresa única.

O registo central fará a avaliação do limite de acumulação de ajudas, considerando que o montante total do auxílio de minimis concedido a uma empresa única (ou seja tendo em consideração os auxílios de minimis atribuídos ao NIF da empresa a quem pretendemos atribuir uma nova ajuda e ainda os auxílios de minimis atribuídos a todas as empresas associadas) não pode exceder 200 000 EUR durante um período de três exercícios financeiros (o exercício financeiro em causa e os dois exercícios financeiros anteriores).

O montante total do auxílio de minimis concedido a uma empresa única que efetua o transporte rodoviário de mercadorias por conta de outrem não pode exceder 100 000 EUR durante um período de três exercícios financeiros, podendo no entanto alcançar os 200 000 EUR quando o apoio é atribuído à empresa para esta e outras atividades.

3.

Consequentemente, no registo central, para o NIF da empresa à qual se pretende atribuir a ajuda deve ser registado se se trata de empresa autónoma ou de empresa única e, neste último caso, serem identificados os NIF e designação de cada uma das empresas associadas ou seja será acrescido no ecrã (no caso de registo direto na base de dados) os NIF e a designação de cada uma das empresas associadas.

B.

No caso dos auxílios incluídos em empréstimos ou em garantias, as empresas devem ainda transmitir aos bancos o seguinte:

Que não estão sujeitas a processo de insolvência nem preenchem os critérios, nos termos do seu direito nacional, para ficar sujeito a processo de insolvência, a pedido dos seus credores.

Tal deve ser confirmado pelo banco e transmitido à entidade gestora

C.

Ainda no caso dos auxílios incluídos em empréstimos ou em garantias, no caso de serem grandes empresas as beneficiárias, deve ainda ser confirmado pelo banco e transmitido à PME Investimento, que a empresa beneficiária está, pelo menos, numa situação comparável à situação B, em termos de avaliação de crédito:

No registo central esta declaração explicitada em B e C, supra, substituirá o campo hoje existente para as empresas em dificuldade.

D.

Equivalente subvenção bruto

Uma vez que o valor do equivalente subvenção bruto não é apurado no registo central mas apenas registado trata-se de campo que não sofrerá alterações no registo central, sem prejuízo de haver necessidade de confirmar a metodologia a adotar por cada entidade.

Essa metodologia deve observar o artigo 4.º, chamando-se especial atenção para o disposto nas alíneas b) e c) do n.º 3 e b) a d) do n.º 6 no caso de empréstimos e garantias.

E.

Atividades abrangidas (CAE's)

Apesar de não ter existido alteração das CAE abrangidas pelo Regulamento (UE) n.º 1407/2013, para as CAE's de transportes de passageiros (49310, 49320, 49391 e 49392) o limiar de acumulação dos apoios pode alcançar os 200.000 EUR, porquanto, tendo em vista, tal como referido no Considerando 5, o desenvolvimento dos transportes já não se justifica aplicar um limiar inferior a este sector..

2. ALTERAÇÕES NO “REGISTO CENTRAL DE AJUDAS DE MINIMIS”

2.1. Inserção Directa

Neste tipo de registo, a entidade que comunica os apoios terá obrigatoriamente de preencher cada um dos campos existentes no ecrã.


Neste ecrã foram adicionados os campos para identificação se o apoio que pretendemos conceder é atribuído a empresa única (empresa que tem empresas associadas) ou a empresa autónoma.

Assim, no caso de se tratar de empresa autónoma (sem empresas associadas) deve ser registado “Não” no campo à frente de empresa única.

No caso de se tratar de empresa única, então terá de se optar por clicar na tecla “Sim”.

Ao clicar “sim” aparece o ecrã seguinte no qual deverão ser identificadas as empresas associadas carregando no campo “adicionar”.

registo central



- REGISTRAR APOIOS
 - inserção directa
 - inserção via excel
 - testar a integração
- CONSULTAR APOIOS
- RELATÓRIOS
- PEDIDOS DE ALTERAÇÃO
- TABELAS
- FERRAMENTAS
 - inserção promotor
 - importar empresa única
 - alterar password
 - início
 - manual

Tipo Apoio: Consulidação Inovação

NIF: 11042581

Nome do beneficiário: Lactis

Empresa única: Lactis Cancelar

Código CAE: 2111 - Conservação (excepto azeite)

Programa - Medida: PTSMACH - PROEST

Data de candidatura:

Data de decisão:

Incentivo (€):

Actividades de exportação para países terceiros no Espaço-Mercado: Sim Não


Utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos importados: Sim Não

No caso de Enquadramento "Garante":
O beneficiário não está sujeito a processos de insolvência nem preenche os critérios para ficar sujeito a processos de insolvência, a pedido dos seus credores, nos termos da legislação aplicável.

Adicionar Voltar

Nesse momento surge o ecrã seleccione o promotor. Aqui deverá ser identificado o NIF da empresa associada.

registo central



- REGISTRAR APOIOS
 - inserção directa
 - inserção via excel
 - testar a integração
- CONSULTAR APOIOS
- RELATÓRIOS
- PEDIDOS DE ALTERAÇÃO
- TABELAS
- FERRAMENTAS
 - inserção promotor
 - importar empresa única
 - alterar password
 - início
 - manual

Tipo Apoio: Consulidação Inovação

NIF: 11042581

Nome do beneficiário: Lactis

Empresa única: Lactis Cancelar

Código CAE: 2111 - Conservação (excepto azeite)

Programa - Medida: PTSMACH - PROEST

Data de candidatura:

Data de decisão:

Incentivo (€):

Actividades de exportação para países terceiros no Espaço-Mercado: Sim Não

Utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos importados: Sim Não

No caso de Enquadramento "Garante":
O beneficiário não está sujeito a processos de insolvência nem preenche os critérios para ficar sujeito a processos de insolvência, a pedido dos seus credores, nos termos da legislação aplicável.

Adicionar Voltar

Selecione o Promotor

NIF: 11042581

Nome do beneficiário: Lactis

Empresa única: Lactis Cancelar

Adicionar Voltar

Se o promotor já se encontrar registado na Base de Dados surge no ecrã o NIF e nome da empresa associada pré-preenchido, deverá então clicar no botão “selecionar”.

registo central



Tela 1

- REGISTRAR APOIOS
 - injeção direta
 - injeção via excel
 - lista a integrar
- CONSULTAR APOIOS
- RELATÓRIOS
- PEDIDOS DE ALTERAÇÃO
- TABELAS
- FERRAMENTAS
 - injeção promotor
 - importar empresa única
 - alterar password
 - início
 - manual

Tipo Apoio

Nº

Nome do beneficiário

Empresa única

Código CNE

Programa - Medida

Data de candidatura

Data de decisão

Incentivo (€)

Atividades de exportação para países terceiros no Estado

Utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos

No caso de Empresas e Garantias

O beneficiário não está sujeito a processos de insolvência nem presentes em processos de insolvência, a pedido dos seus credores, nos termos da legislação aplicável.

Seleção Promotor - Webpage Dating

Selecione o Promotor

Nº: 16000275

Nome: [Campo]

Empresa: [Campo]

Código CNE: [Campo]

Programa - Medida: [Campo]

Data de candidatura: [Campo]

Data de decisão: [Campo]

Incentivo (€): [Campo]

Atividades de exportação para países terceiros no Estado: [Campo]

Utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos: [Campo]

No caso de Empresas e Garantias: [Campo]

O beneficiário não está sujeito a processos de insolvência nem presentes em processos de insolvência, a pedido dos seus credores, nos termos da legislação aplicável.

Adicionar

Surge o ecrã infra com a identificação da empresa associada. Caso pretenda associar mais empresas clique novamente no botão “adicionar” e repita a operação.

registo central



Tela 2

- REGISTRAR APOIOS
 - injeção direta
 - injeção via excel
 - lista a integrar
- CONSULTAR APOIOS
- RELATÓRIOS
- PEDIDOS DE ALTERAÇÃO
- TABELAS
- FERRAMENTAS
 - injeção promotor
 - importar empresa única
 - alterar password
 - início
 - manual

Tipo Apoio

Nº

Nome do beneficiário

Empresa única

Código CNE

Programa - Medida

Data de candidatura

Data de decisão

Incentivo (€)

Atividades de exportação para países terceiros no Estado

Utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos

No caso de Empresas e Garantias

O beneficiário não está sujeito a processos de insolvência nem presentes em processos de insolvência, a pedido dos seus credores, nos termos da legislação aplicável.

Seleção Promotor - Webpage Dating

Selecione o Promotor

Nº: 16000275

Nome do beneficiário: [Campo]

Empresa única: [Campo]

Código CNE: [Campo]

Programa - Medida: [Campo]

Data de candidatura: [Campo]

Data de decisão: [Campo]

Incentivo (€): [Campo]

Atividades de exportação para países terceiros no Estado: [Campo]

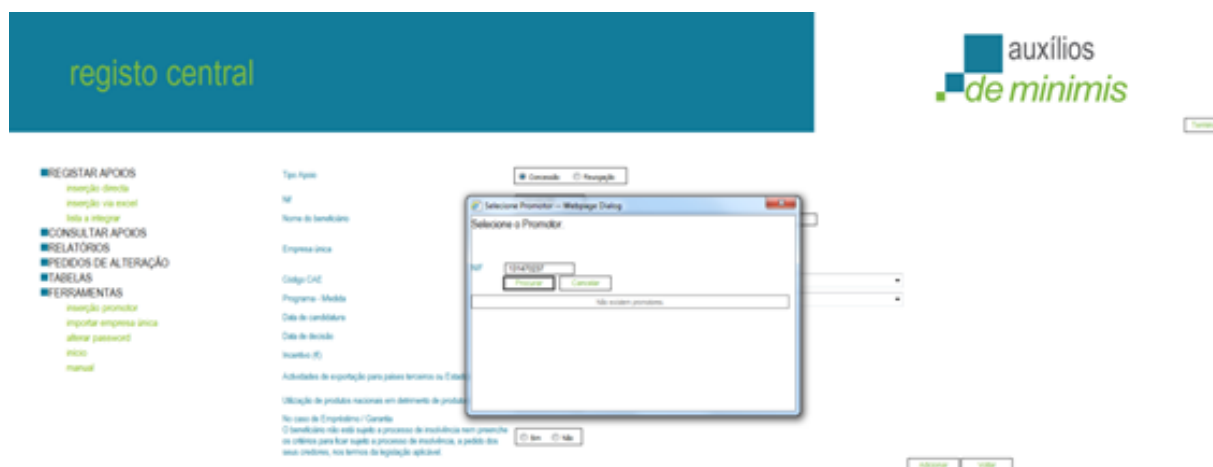
Utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos: [Campo]

No caso de Empresas e Garantias: [Campo]

O beneficiário não está sujeito a processos de insolvência nem presentes em processos de insolvência, a pedido dos seus credores, nos termos da legislação aplicável.

Adicionar

Se a empresa não se encontrar registada na base conforme ecrã infra:



O passo seguinte será registá-lo no menu “Ferramentas” “Inserção promotor”:



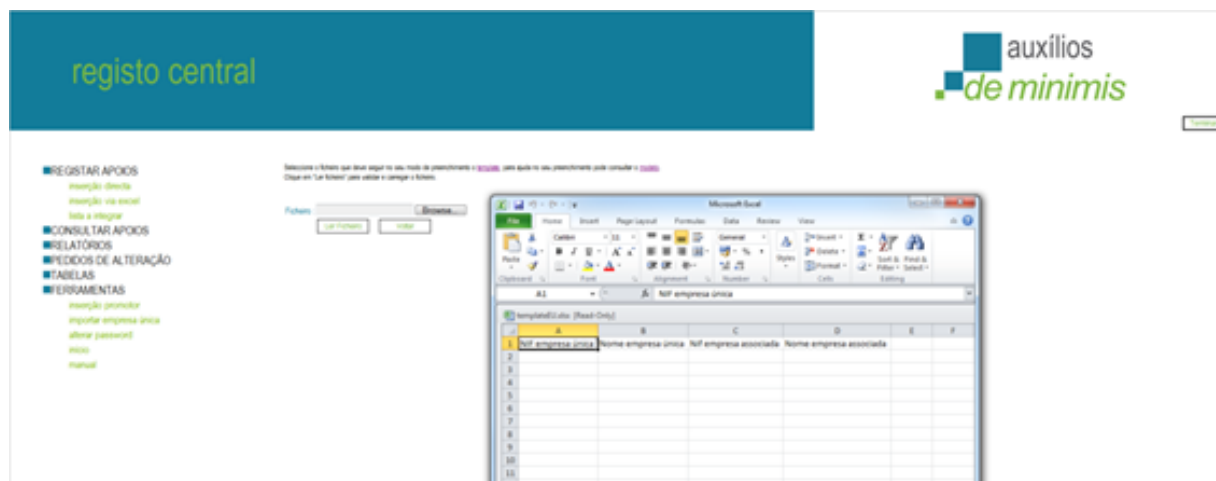
No caso de se tratar de várias empresas associadas os procedimentos supra referidos deverão ser repetidos para a associação das várias empresas.

2.2. Inserção via “Excel”

Neste tipo de registo, a entidade que comunica os apoios terá de fazer a importação de dois *templates* em *Excel*, caso se trate de empresa única. O primeiro *template* respeita à importação de empresa única e o segundo para o registo dos apoios (template que não sofreu alterações).

Para este efeito no menu “Ferramentas” encontra-se disponível a funcionalidade “Importar empresa única”. Tal como consta do ecrã infra, a entidade deve clicar no *template* e preencher o mesmo com o NIF e nome da empresa à qual vai ser atribuído o apoio e o NIF e nome das empresas associadas.

Assim, se a empresa à qual vai ser atribuído o apoio apenas tiver uma empresa associada é preenchida uma linha do *template*. Caso a empresa à qual vai ser atribuído o apoio tiver mais de uma empresa associada é preenchida em cada linha do *template* o NIF e nome da empresa a quem vai ser atribuído o apoio (empresa única) e os NIF e os nomes de cada uma das empresas associados, tal como consta do “modelo”.



Depois de preenchido o *template* o mesmo é gravado no ambiente de trabalho do utilizador e é inserido na base através do “*browse*”. Seguidamente deve clicar na tecla “Ler ficheiro” surgindo o ecrã infra, no qual deve confirmar todos os NIF que foram associados à empresa única e por fim na tecla “Importar válidos”

15



No que respeita ao registo dos apoios mantém-se a funcionalidade no menu “Registar apoios” “Inserção via Excel”, não tendo sido feita qualquer alteração.

Caso se trate de empresa autónoma, a entidade que vai proceder à inserção do apoio apenas deve utilizar o ficheiro “registar apoios” “inserção via Excel”, tal como fazia até agora.

3. VALIDAÇÃO DO CONTROLO DAS EXCEÇÕES

O Regulamento (UE) n.º 1407/2013 da Comissão nas alíneas d) e e) do n.º 1 do artigo 1º, e ainda alíneas a) dos n.ºs 3 e 6 do artigo 4.º, prevê situações não enquadráveis nos auxílios de minimis para as quais a análise da CAE não se ajusta.

Neste sentido, de forma a aferir a confirmação de que foram ponderadas estas situações pela entidade responsável pela concessão dos apoios, constam três campos, para que sejam preenchidos com “Sim” caso o apoio em causa seja enquadrável nessas alíneas ou “Não” caso contrário.

Actividades de exportação para países terceiros ou Estados-Membros	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
Utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos importados	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não
No caso de Empréstimo / Garantia O beneficiário não está sujeito a processo de insolvência nem preenche os critérios para ficar sujeito a processo de insolvência, a pedido dos seus credores, nos termos da legislação aplicável.	<input type="radio"/> Sim <input type="radio"/> Não

Pretende-se, assim, aferir que os apoios a conceder não se destinam diretamente a:

- Atividades relacionadas com exportação para países terceiros ou Estados-Membros (já existente no anterior Regulamento);
- Utilização de produtos nacionais em detrimento de produtos importados (já existente no anterior Regulamento);
- Empresas em processo de insolvência no caso do apoio atribuir assumir a modalidade de empréstimo ou garantia (alterada face ao anterior Regulamento).

Sempre que for selecionado o “sim” num desses três campos significa que os apoios não cumprem os requisitos de inserção pelo que o registo não deverá prosseguir.

